



Anais da Assembléia

Nº 140

CURITIBA, SEXTA-FEIRA, EM 23 DE DEZEMBRO DE 1988

ANO XIV

RESOLUÇÃO Nº 067/88

DATA: 07 de dezembro de 1988.

SÚMULA: Encaminhando cópia autêntica do Convênio MIC-CDC/STC-PR nº 06/88 celebrado em 30.04.88, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado da Indústria e do Comércio, e o Ministério da Indústria e do Comércio, por intermédio do Conselho de Desenvolvimento Comercial-CDC, objetivando cooperação técnico-financeira, com vistas a manutenção do Projeto Pesquisa Conjuntural do Comércio Varejista da Região Metropolitana de Curitiba.

(Mensagem do Poder Executivo nº 87/88).

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, aprovou e eu promulgo, nos termos do Artigo 29 da Constituição Estadual, a seguinte Resolução:

Art. 1º - Fica aprovado o Convênio celebrado em 30 de abril de 1988, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado da Indústria e do Comércio, e o Ministério da Indústria e do Comércio, por intermédio do Conselho de Desenvolvimento Comercial-CDC, objetivando cooperação técnico-financeira, com vistas a manutenção ao Projeto Pesquisa Conjuntural do Comércio Varejista da Região Metropolitana de Curitiba.

Art. 2º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio "XIX de Dezembro", em 07.12.88.

(a) ANTÔNIO MARTINS ANNIBELLI
Presidente

RESOLUÇÃO Nº 068/88

DATA: 07 de Dezembro de 1988

SÚMULA: Aprova os Convênios nºs 04/88, de 03.08.88; 12/88, de 01.08.88; e 13/88, de 01.08.88, celebrados entre o Estado do Paraná, através da Secretaria do Desenvolvimento Urbano e do Meio Ambiente, com a participação da COMEC, e os Municípios de Campo Largo, Balsa Nova e Bocaiuva do Sul, objetivando aplicação de recursos financeiros em obras públicas, nos setores que especificam.

(Mensagem do Poder Executivo nº 98/88)

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, aprovou, e eu promulgo, nos termos do Artigo 29 da Constituição Estadual, a seguinte Resolução:

Art. 1º - Ficam aprovados os Convênios nºs 04/88, de 03.08.88; 12/88, de 01.08.88; e 13/88, de 01.08.88, celebrados entre o Estado do Paraná, através da Secretaria do Desenvolvimento Urbano e do Meio Ambiente, com a participação da Coordenação da Região Metropolitana de Curitiba

ba - COMEC, e respectivamente, os Municípios de CAMPO LARGO, Balsa Nova e BOCAIUVA DO SUL, objetivando aplicação de recursos financeiros em obras públicas, nos setores que especificam.

Art. 2º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio "XIX de Dezembro", em 07.12.88.

(a) ANTONIO MARTINS ANNIBELLI
Presidente

RESOLUÇÃO Nº 069/88

DATA: 07 de dezembro de 1988.

SÚMULA: Aprova os Termos de Revigoração datados de 25.07.88 e 10.08.88, firmados entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado da Indústria e Comércio e respectivamente os Municípios de Arapongas e Alto Piquiri, dos Convênios originários celebrados com os referidos Municípios em, 13.11.87, objetivando o primeiro a realização de Seminário de Desenvolvimento Industrial e, o segundo, o desenvolvimento de programa de preparação profissional na área de bordados industriais.

(Mensagem do Poder Executivo nº 101/88).

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, aprovou, e eu promulgo, nos termos do Artigo 29 da Constituição Estadual, a seguinte Resolução:

Art. 1º - Ficam aprovados os Termos de Revigoração datados de 25 de julho e 10 de agosto do corrente ano, firmados entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado da Indústria e Comércio, e, respectivamente os Municípios de Arapongas e Alto Piquiri, dos Convênios originários celebrados com os referidos Municípios em 13 de novembro de 1987, objetivando o primeiro a realização de Seminário de Desenvolvimento Industrial e, o segundo, o desenvolvimento de programa de preparação profissional na área de bordados industriais.

Art. 2º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio "XIX de Dezembro", em 07.12.88.

(a) ANTÔNIO MARTINS ANNIBELLI
Presidente

RESOLUÇÃO Nº 070/88

DATA: 07 de dezembro de 1988.

SÚMULA: Aprova o Convênio EBTU/027/88, celebrado em 30 de agosto de 1988, entre o Estado do Paraná, o Ministério da Habitação, Urbanismo e Meio Ambiente, e o Município de Curitiba.

vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio "XIX de Dezembro", em 07.12.88.

(a) ANTONIO MARTINS ANNIBELLI
Presidente

RESOLUÇÃO N° 74/88

DATA:

SÚMULA: Aprova o Convênio n° 003/88, celebrado em 09.06.88, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Transportes, e o Município de Guaraqueçaba, objetivando a aplicação de recursos financeiros no transporte hidroviário de passageiros.

(Mensagem do Poder Executivo n° 84/88).

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, aprovou e eu promulgo, nos termos do Art. 29 da Constituição Estadual, a seguinte Resolução:

Art. 1° - Fica aprovado o Convênio n° 003/88, celebrado em 09 de junho de 1988, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Transportes, e o Município de GUARAQUEÇABA, objetivando a aplicação de recursos financeiros no transporte hidroviário de passageiros.

Art. 2° - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio "XIX de Dezembro", em 16.12.88.

(a) ANTONIO MARTINS ANNIBELLI
Presidente

RESOLUÇÃO N° 75/88

DATA:

SÚMULA: Aprova Convênios celebrados entre o Estado do Paraná, através do SERLOPAR, vinculado à Secretaria da Fazenda e os Municípios com as datas que especifica, objetivando o repasse de recursos financeiros aos Municípios signatários, conforme Planos de Aplicação específicos, atendidas as exigências do Art. 2° do Decreto 2694, de 11.04.88.

(Mensagem do Poder Executivo n° 85/88).

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, aprovou e eu promulgo, nos termos do Art. 29 da Constituição Estadual, a seguinte Resolução:

Art. 1° - Ficam aprovados os Convênios celebrados entre o Estado do Paraná, através do Serviço da Loteria do Estado do Paraná - SERLOPAR, vinculado à Secretaria de Estado da Fazenda, e os Municípios de AMAPORA, ATALAIA, QUINTA DO SOL e UNIFLOR, em 10 de maio de 1988, e, ainda, com os Municípios de JARDIM ALEGRE e SALTO DO LONTRA, em 07 de maio de 1988, todos objetivando o repasse de recursos financeiros aos Municípios signatários, conforme Planos de Aplicação específicos, atendidas as exigências do Art. 2° do Decreto 2694, de 11 de abril de 1988.

Art. 2° - Esta Resolução entrará em

Curitiba, sexta, em 23.12.88

vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio "XIX de Dezembro", em 16.12.88.

(a) ANTONIO MARTINS ANNIBELLI
Presidente

RESOLUÇÃO N° 76/88

DATA:

SÚMULA: Aprova o Convênio celebrado em 31.05.88, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria da Indústria e do Comércio e o Município de Ibaiti, objetivando cooperação técnica e financeira para a implementação de uma ação concentrada no Município, mediante a realização de Seminário de Desenvolvimento Industrial.

(Mensagem do Poder Executivo n° 88/88).

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, aprovou e eu promulgo, nos termos do Art. 29 da Constituição Estadual, a seguinte Resolução:

Art. 1° - Fica aprovado o Convênio celebrado em 31 de maio de 1988, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria da Indústria e do Comércio e o Município de IBAITI, objetivando cooperação técnica e financeira para a implementação de uma ação concentrada no Município, mediante a realização de Seminário de Desenvolvimento Industrial.

Art. 2° - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio "XIX de Dezembro", em 16.12.88.

(a) ANTONIO MARTINS ANNIBELLI
Presidente

RESOLUÇÃO N° 77/88

DATA: 21 de dezembro de 1988.

SÚMULA: Aprova o Convênio celebrado entre o Estado do Paraná, através da Secretaria da Agricultura e do Abastecimento, e o Ministério da Agricultura, nas datas e com os objetivos que especifica.

(Mensagem do Poder Executivo n° 091/88).

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, aprovou e eu promulgo, nos termos do Art. 29 da Constituição Estadual, a seguinte Resolução:

Art. 1° - Fica aprovado o Convênio celebrado entre o Estado do Paraná, através da Secretaria da Agricultura e do Abastecimento, e o Ministério da Agricultura, nas datas e com os objetivos que especifica:

N° de Ordem e Data	Data do Convênio aditado	Objetivo
1°, 03.06.88	20.11.87	Reforma e adaptação do Parque Pres. Humberto
de Alencar Cas-		telo Branco;
6°, 26.05.88	15.07.83	Fomento da fru-

(Mensagem do Poder Executivo nº 109/88).

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, aprovou, e eu promulgo, nos termos do Artigo 29 da Constituição Estadual, a seguinte Resolução:

Art. 1º - Fica aprovado o Convênio EB-TU/027/88, celebrado em data de 30 de agosto de 1988, entre o Estado do Paraná, o Ministério da Habitação, Urbanismo e Meio Ambiente, e o Município de Curitiba, figurando como intervenientes a Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano e do Meio Ambiente, a Coordenação da Região Metropolitana de Curitiba e o Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba, objetivando a execução de projetos, obras e/ou serviços, aquisição de bens imóveis, equipamentos e/ou materiais permanentes, bem como a adequação da gerência do Sistema Local de Transportes Urbanos a serem implementados no exercício financeiro de 1988, referentes aos Projetos Especiais EBTU/BR IV integrantes do Programa de Investimentos em Transportes Urbanos na Região Metropolitana de Curitiba.

Art. 2º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio "XIX de Dezembro", em 07.12.88.

(a) ANTÔNIO MARTINS ANNIBELLI
Presidente

RESOLUÇÃO Nº 071/88

DATA: 07 de Dezembro de 1988.

SÚMULA: Encaminhando as inclusas cópias autênticas de Convênios celebrados entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Trabalho e da Ação Social, e os Municípios que especifica, todos objetivando a implantação do Projeto de Processamento de Hidrossolúveis - Leite de Soja e Sopas Cremosas.

(Mensagem do Poder Executivo nº 110/88)

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, aprovou e eu promulgo, nos termos do Art. 29 da Constituição Estadual, a seguinte Resolução:

Art. 1º - Ficam aprovados os Convênios celebrados entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Trabalho e da Ação Social, e os Municípios de Colombo em 24 de março de 1988; Centenário do Sul, Goio-Êrê, Iretama, Jataizinho, Lobato, Maria Helena, Marialva, Nova Aurora, Ourizona, Paraíso do Norte, Peabiru, Rio Negro, Santa Cruz do Monte Castelo, São João e São José da Boa Vista, em 28 de março de 1988; e Diamante do Norte, Florai, Marilândia do Sul e Santa Isabel do Ivaí, em 29 de junho de 1988, todos objetivando a implantação do Projeto de Processamento de Hidrossolúveis - Leite de Soja e Sopas Cremosas.

Art. 2º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas

as disposições em contrário.

Palácio "XIX de Dezembro", em 07.12.88.

(a) ANTÔNIO MARTINS ANNIBELLI
Presidente

RESOLUÇÃO Nº 72/88

DATA: 07 de dezembro de 1988.

SÚMULA: Aprova os Convênios celebrados em 20.09.88, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano e do Meio Ambiente, e de sua vinculada SUCEAM, e os Municípios que especifica, objetivando a execução de obras destinadas ao controle da erosão urbana.

(Mensagem do Poder Executivo nº 116/88)

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, aprovou e eu promulgo, nos termos do Art. 29 da Constituição Estadual, a seguinte Resolução:

Art. 1º - Ficam aprovados os Convênios celebrados em 20 de setembro de 1988, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano e do Meio Ambiente, e de sua vinculada Superintendência do Controle da Erosão e Saneamento Ambiental - SUCEAM, e os Municípios de Alto Paraná, Cidade Gaúcha, Colorado, Cruzeiro do Oeste, Diamante do Norte, Inajá, Indianópolis, Itaguajê, Jaguapitã, Janiópolis, Jussara, Loanda, Maria Helena, Nossa Senhora das Graças, Nova Londrina, Nova Olímpia, Ourizona, Paçandu, Paranacity, Paranaíba, Planaltina do Paraná, Querência do Norte, Santa Inês, Santa Fé, Santo Inácio, São Pedro do Paraná, Terra Boa, Terra Rica e Umuarama, objetivando a execução de obras destinadas ao controle da erosão urbana nos referidos Municípios.

Art. 2º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio "XIX de Dezembro", em 07.12.88.

(a) ANTÔNIO MARTINS ANNIBELLI
Presidente

RESOLUÇÃO Nº 73/88

DATA: 07 de dezembro de 1988.

SÚMULA: Cria a Comissão dos Direitos da Mulher, conforme especifica.

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, aprovou e eu promulgo, nos termos do Art. 29 da Constituição Estadual, a seguinte Resolução:

Art. 1º - Acrescente-se o inciso XXI ao Art. 39 do Regimento Interno.

"Art. 39 - ...

XXI - Comissão dos Direitos da Mulher.

Art. 2º - A Comissão dos Direitos da Mulher compete:

A análise, discussão e decisão de propostas inerentes aos direitos da mulher na sociedade."

Art. 2º - Esta Resolução entrará em

		ticultura;
6°,08.06.88	28.11.84	Erradicação do bocado do algodoeiro; e
10°,08.06.88	06.06.79	Fiscalização do Comércio de Materiais de Multiplicação Vegetal.

Art. 2° - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio "XIX de Dezembro", em 21.12.88.

(a) ANTÔNIO MARTINS ANNIBELLI
Presidente

2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 11ª LEGISLATURA
ATA DA 106ª SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM 23 DE DEZEMBRO DE 1988.

SEXTA-FEIRA

Presidência do Sr. Deputado Eduardo Baggio, secretariada pelos Srs. Deputados Anibal Khury e Werner Wanderer.

Às dez horas, é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Antônio Annibelli, Eduardo Baggio, Ferrari Júnior, Anibal Khury, Lindolfo Júnior, Vera Agibert, José Alves, Acyr Mezzadri, Alexandre Ceranto, Algaci Túlio, Amélia Hruschka, Antônio Bárbara, Antônio Belinati, Antônio Costenaro Neto, Artagão Mattos Leão, Basílio Zanusso, Caíto Quintana, Cândido Bastos, David Cheriegate, Dirceu Manfrinato, Djalma de Almeida César, Lauro Lobo Alcantara, Edmar Luiz Costa, Erondy Silvério, Ezequias Losso, Gernote Kirinus, Haroldo Rodrigues Ferreira, Hermas Brandão, Homero Oguido, Irondi Pugliesi, João Arruda, José Afonso Júnior, José Felinto, José Rogério Carvalho, Neivo Beraldin, Luiz Alberto Oliveira, Luiz Antonio Setti, Luiz Carlos Alborghetti, Nelson Vasconcellos, Nereu Carlos Massignan, Nestor Baptista, Nilton Barbosa, Orlando Pessuti, Paulino José Delazeri, Paulo Furiatti, Pedro Tonelli, Pirajá Ferreira, Quielise Crisóstomo, Rafael Greca, Raul Lopes, Sabino Campos, Tadeu Lúcio Machado, Valderi Mendes Vilela e Werner Wanderer (54).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

SESSÃO

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Baggio) - Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO - procede à leitura da Ata da sessão anterior, a qual é aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO - procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Ofício:

OFÍCIO Nº 40/88

Curitiba, 22 de dezembro de 1988.

Senhor Presidente.

Venho solicitar à Vossa Excelência que o Projeto de Lei nº 322/88, que trata da fixação dos vencimentos da magistratura seja incluído na pauta do período de convocação extraordinária dessa augusta Casa de Leis.

O projeto em tela, foi encaminhado a essa Assembléia Legislativa, com fulcro no artigo 96, II, "b", da Constituição Federal promulgada em 05 de outubro de 1988.

A pretendida inclusão em pauta torna-se possível segundo a forma prevista nos § 6º e 7º do artigo 57 da mesma Carta, os quais dispõem que, nos casos de urgência, o Presidente do Poder Legislativo ou a maioria dos seus membros poderá fazer a convocação e conseqüente inclusão em pauta de matéria não oriunda do Poder Executivo.

Aproveito o ensejo para renovar a Vossa Excelência os protestos de elevada estima e consideração.

(a) MÁRIO LOPES DOS SANTOS
Presidente

À Diretoria Legislativa.

Requerimentos:

REQUERIMENTO Nº 1093

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, e com fundamento no disposto pela letra "c" do artigo 106, do Regimento Interno, após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUER o restabelecimento do Regime de Urgência e a Reinclusão na Ordem do Dia, do Projeto de Lei nº 322/88, pelo fato do referido projeto já ter figurado em pauta pelo prazo de três sessões.

Deve voltar junto com a mensagem dos funcionários públicos, à Ordem do Dia.

Sala das Sessões, em 23.12.88.

(a) NEREU CARLOS MASSIGNAN

REQUERIMENTO Nº 1094

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de votos de profundo pesar pelo falecimento do Sr. ANTÔNIO PEREIRA TEIXEIRA, ocorrido em 10.12.88, no município de Ivaiporã.

Requer, ainda que do presente se dê ciência a: Sra. Dileta Carboniere Teixeira - Av. Paraná, 98 - 86870 Ivaiporã (PR); Flávio Pereira Teixeira - Av. Curitiba, 335 - 86870 Ivaiporã (PR); Joel Pereira

Teixeira - Av. Paraná, 1390 - 86870 Ivaiporã (PR).

Sala das Sessões, em 23.12.88.

(a) ORLANDO PESSUTI

JUSTIFICATIVA:

O Sr. ANTÔNIO PEREIRA TEIXEIRA foi fundador da localidade de Sapeçado, atualmente município de Ivaiporã. Líder político, apesar de não ter sido candidato em qualquer época. Foi um dos primeiros funcionários da Sociedade Territorial Ubá Ltda., colonizadora daquele Município. Este homem de conduta exemplar era pai do Sr. Flávio Pereira Teixeira, atual Prefeito Municipal de Ivaiporã.

REQUERIMENTO Nº 1095

Senhor Presidente.

A novela se repete. Lideranças populares, sindicais e da Igreja, "marcadas para morrer", com o conhecimento das autoridades policiais e judiciárias, continuam sendo assassinadas brutalmente, como forma de evitar a organização e auto defesa dos interesses dos trabalhadores e da Nação.

Nem a denúncia formulada por organismos internacionais, como a Anistia Internacional, colocando o Brasil e particularmente suas autoridades em situação vexatória, tem impedido que os crimes bárbaros continuem a acontecer. E pior, via de regra, as investigações conduzem a lugar nenhum, mantendo a impunidade, que por si só já é um crime.

Desta feita a vítima foi o Líder Sindical, conhecido como "Chico Mendes", Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais e Vice Presidente da primeira Cooperativa de Seringueiros de Xapuri, no Acre. Ele foi assassinado barbaramente, e a sangue frio, na tarde do dia 22.12.88, dentro de sua própria residência, por pistoleiros contratados, a mando de fazendeiros ligados à UDR - União Democrática Ruralista. Inclusive a sérias suspeitas de que os referidos pistoleiros são oriundos da cidade de Umuarama-PR, onde já foram condenados pela Justiça local.

O que ocorre no Brasil, atualmente, é uma guerra civil não declarada, ao arrepio da lei, sob os olhos vendados das autoridades policiais.

Diante disso, REQUEIRO, após manifestação do Plenário, o envio de expediente aos Excelentíssimos Senhores, Ministro da Justiça, ao Governador, Secretário da Segurança Pública, Secretário da Justiça do Estado do Acre, solicitando providências urgentes no sentido de apurar as circunstâncias do bárbaro assassinato do Líder Sindical e Cooperativista, Francisco Mendes da Silva, cuja liderança é reconhecida nacional e internacionalmente como defensor dos Direitos Humanos e do Meio Ambiente, bem como responsabilizar e pena-

lizar na forma da lei os executores e mandantes.

A omissão é crime.

Sala das Sessões, em 23.12.88.

(a) PEDRO TONELLI

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Baggio) - Não havendo oradores inscritos no Pequeno Expediente e nem no Grande Expediente, passamos ao Horário das Lideranças.

Consulta à Liderança do PDS se fará uso do seu tempo

Declina.

Consulta à Liderança do PDC.

Declina.

Consulta à Liderança do PFL.

Declina.

Consulta à Liderança do PL.

Declina.

Consulta à Liderança do PDT.

Declina.

Consulta à Liderança do PTB.

Declina.

Consulta à Liderança do PT.

Com a palavra o Deputado Pedro Tonelli.

O SR. PEDRO TONELLI - Sr. Presidente, Srs.

Deputados. Ocupamos esta tribuna com muito pesar para denunciar neste Poder e ao Paraná o assassinato de mais um companheiro de luta, um líder trabalhador que foi assassinado brutalmente nesta noite. Enquanto as atenções de milhões de brasileiros estão voltados para a personagem Odete Roitman, nós estamos abalados pelo brutal assassinato do sindicalista Chico Mendes, principal liderança dos seringueiros do Acre. Enquanto a mídia deixa a população anestesiada com a curiosidade mórbida de saber quem será o assassino de um personagem de novela, nós continuamos clamando às autoridades constituídas neste País por medidas imediatas para que seja apurado mais um crime.

Chico Mendes é conhecido internacionalmente pela sua luta em favor da preservação ambiental e em defesa dos seringueiros que são a maioria da população do Estado do Acre. Sua figura ganhou muita projeção pelas incansáveis denúncias sobre a devastação da floresta Amazônica. Em 1987, no ano passado, Chico Mendes recebeu o prêmio "Global 500", da ONU. Ganhou também, além dessa comenda que se dá aos grandes defensores do meio ambiente, um prêmio da rede de televisão Americana TBC. Ele esteve em Nova Iorque para receber esse honroso prêmio.

Chico Mendes era Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Xapuri no Estado do Acre, e vice-Presidente da primeira Cooperativa dos Seringueiros do Brasil. Chico Mendes também é fundador do Partido dos Trabalhadores no Estado do

Acre.

Ontem, por volta das 18:30 horas, Chico Mendes foi assassinado no interior de sua casa, foi atingido no peito por um tiro de espingarda provavelmente desferido por dois pistoleiros paranaenses de Umuarama, denominados Darli Alves da Silva e Alvarino Alves da Silva, e que são procurados pela Polícia, pois já há mandatos de prisão contra eles por outros crimes cometidos aqui e lá no Estado do Acre.

Na última semana, Chico Mendes levou ao Delegado de Polícia Federal de Xapori, cópias desses mandatos alertando a polícia sobre a presença de tais pistoleiros na região, e como na maioria dos casos nada foi feito.

Há poucos meses Chico Mendes foi convocado pelo Serviço Nacional de Informações, em Brasília, para dar explicações sobre a sua militância. Ele já havia alertado as autoridades sobre ameaças de morte que vinha sofrendo. A gravidade de mais este assassinato, Sr. Presidente, Srs. Deputados, deve ser compreendido dentro da atual conjuntura política do País. Não é um fato isolado não. Há poucos dias, neste mês, assistimos ao brutal assassinato de um Parlamentar no Estado do Pará, um Deputado do Partido Socialista Brasileiro, João Batista, que foi assassinado brutalmente.

No ano passado, também no Estado do Pará, os jagunços da UDR executaram também o advogado Paulo Fontellis, militante do Partido Comunista do Brasil, de uma militância autêntica e incombativa em defesa dos trabalhadores daquele Estado.

Por isso, Sr. Presidente, Srs. Deputados, é lamentável mais este fato, é lamentável também que a direita brasileira vive cobrando dos partidos de esquerda, o compromisso com a democracia, mas são eles, através das suas entidades organizadas, através da UDR e outras, que estão assassinando trabalhadores e abrindo, declarando uma verdadeira guerra civil, no campo.

Agora, com o crescimento eleitoral da esquerda, do PT e dos partidos de esquerda, esta situação está caminhando para um agravamento muito perigoso. Sabemos muito bem que a União Democrática Ruralista é uma entidade para militar que acoberta esses crimes no Pará e em outras regiões de conflito agrário. São centenas de assassinatos todos os anos; e essa matança muitas vezes acontece com o acobertamento das autoridades constituídas.

A morte de Chico Mendes não pode ficar impune, sob o risco de que a frágil democracia brasileira descaube definitivamente. Temos notícias recentes, notícias de agora, há meia hora atrás, de manifestações durante o velório do companheiro Chico Mendes, de que o clima é tenso, e

está declarado um levante dos seringueiros, que querem fazer justiça com suas próprias mãos, lá no Estado do Acre, ainda hoje.

Por isso, Sr. Presidente, Srs. Deputados, é que estamos encaminhando à apreciação deste Plenário, um requerimento pedindo providências urgentes das autoridades constituídas, para que, fatos brutais como estes, fatos de conhecimento público, - há pouco tempo denunciei nesta tribuna...

O SR. PRESIDENTE - (Eduardo Baggio) Esta Presidência informa que seu tempo está esgotado. Tem um minuto para concluir.

O SR. PEDRO TONELLI - Obrigado, Sr. Presidente.

... havia estas listas dos cabras marcados para morrer, e as providências não foram tomadas pelas autoridades constituídas

Espero sim, Sr. Presidente, que continuemos acreditando no caminho e pela via democrática, espero que amanhã ou depois, não possamos nós apelar pelos meios condenáveis, que a direita está chamando, que a direita está apelando, para buscar soluções para este País.

Era isto, Sr. Presidente, Srs. Deputados.

O SR. PRESIDENTE - (Eduardo Baggio) Consulta a Liderança do PDT, se fará uso de seu tempo. (Declina).

Consulta a Liderança do PTB, se fará uso do seu tempo. (Declina).

Consulta a Liderança do PSDB.

Com a palavra, o Deputado Nereu Massignan.

O SR. NEREU MASSIGNAN - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Acabo de assinar um requerimento que será apreciado pela douta Assembléia Legislativa, no seguinte teor: (Lê):

"Requer o restabelecimento do regime de urgência e a reinclusão na Ordem do Dia, do Projeto de Lei nº 322/88.

Sr. Presidente, o Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e com fundamento no disposto pela letra C do Art. 106 do Regimento Interno, após ouvido o Plenário, respeitosamente requer o restabelecimento do regime de urgência e a reinclusão na Ordem do Dia do Projeto de Lei nº 322/88, pelo fato de o referido projeto já ter figurado em pauta pelo prazo de três sessões.

Trata-se, na verdade, do projeto que se refere ao vencimento da magistratura, do Poder Judiciário.

Evidentemente que causou polêmica e apreensão a retirada de pauta desta mensagem, na sessão de anteontem. Nós, naquela

ocasião, votamos favoravelmente à retirada, posto que não era do conhecimento dos Srs. Deputados o teor da Mensagem. Nós queríamos votar, mas votar com consciência, conhecendo o mérito do assunto. Longe de nós, da nossa Bancada, trazer para o seio deste Poder o conflito ou a antipatia com outro Poder. Não era este o nosso objetivo. O nosso objetivo é a transparência. O nosso objetivo é exercer plenamente as prerrogativas que o Parlamentar tem e teve reforçado agora pela recente Constituição aprovada no dia 5 de outubro.

As razões deste requerimento estão consubstanciadas no próprio fundamento constitucional, porque nada mais especializa o Poder Judiciário, do que o requisito fundamental de independência que se encontra previsto no art. 2º da Constituição Federal.

Nada mais especializa o "status" dos juizes do que o requisito de independência de que, a rigor, todas as outras garantias de magistratura estão a serviço.

O pensamento do constituinte federal insistiu na idéia de independência dos juizes. Por um lado, reservou ao Supremo Tribunal Federal a iniciativa da lei complementar que disciplinará o chamado Estatuto Jurídico dos Juizes, Estatuto da Magistratura, previsto no Art. 93 da Constituição Federal, por outro estabeleceu o alto Governo da Magistratura, artigos 96 a 99, que se traduz na competência atribuída aos tribunais para, por exemplo, prover os cargos dos juizes, apreciar-lhes o mérito profissional, promovê-los e fixar-lhes os vencimentos.

A Constituição Federal estabelece desse modo uma garantia formal ao estabelecer que a lei complementar de iniciativa do Supremo Tribunal Federal disciplinará as relações dos juizes com o Estado e estabelece o alto Governo da Magistratura para tornar real a garantia de independência dos juizes frente aos outros problemas do Estado.

Tudo isso assume evidentemente particular relevância neste momento em que esta Casa recebe do Poder Judiciário Estadual, proposta de lei que se refere à fixação dos vencimentos da magistratura paranaense. Trata-se de iniciativa legislativa reservada ao Poder Judiciário como expressão do princípio de independência da Magistratura e do seu autogoverno.

Diz ainda a Constituição Federal, que "compete privativamente aos Tribunais de Justiça propor ao Poder Legislativo a fixação dos vencimentos dos juizes". Trata-se, portanto, de uma área de iniciativa legislativa reservada aos Tribunais de Justiça, fixar os vencimentos dos seus juizes, mediante proposta de lei ao Poder Legislativo.

Esta proposta de lei tem, porém, o mesmo tratamento constitucional. Cabe a nós, Deputados, que exercemos parcela da soberania, legitimados pelo voto popular, examinar e julgar o mérito da proposta que nos é encaminhada pelo Poder Judiciário. Examiná-la e votá-la é nosso dever.

Para examiná-la e votá-la em termos de não colocar o Poder Judiciário numa posição de subalternidade face ao Poder Legislativo, é necessário reincluí-la na Ordem do Dia. Seria intolerável desconsideração ao Poder Judiciário deixar de apreciar o mérito da proposta ou postergar injustificadamente o seu exame.

Há, porém, uma segunda questão que julgo da maior relevância: afirmei que se trata de iniciativa reservada ao Tribunal de Justiça a proposta de lei que fixa os vencimentos da Magistratura, proposta de lei que fixa, portanto, os vencimentos dos juizes que são aqueles que detêm constitucionalmente a função jurisdicional de pessoas que estão investidas do poder jurisdicional, pois a jurisdição é um poder atribuído exclusivamente a juizes para que, através do processo, julguem e façam cumprir o julgado.

O que acaba de ser dito torna evidente que não se pode pretender na tramitação desta proposta, alterá-la para o fim de incluir o exame de vencimentos de outros estamentos do Estado que não gozem das prerrogativas e garantias da Magistratura.

É oportuno lembrar, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que estamos tratando dos vencimentos da Magistratura. Evidentemente, seria de todo interessante que esta Casa hoje também estivesse apreciando a Mensagem de aumento do funcionalismo público estadual. Deveríamos analisar todo o conjunto que envolve os vencimentos das pessoas, dos funcionários, dos Poderes, do Tribunal de Contas, da Assembléia Legislativa.

Para concluir, Sr. Presidente, tenho informações de que poderão surgir emendas a esta Mensagem, no sentido de resolver parte dos estamentos do Estado. Ou resolvemos tudo, ou resolvemos apenas a questão da Magistratura, porque este é um dever constitucional dos Estados, das Assembléias. Não podemos fazer aqui discriminações intoleráveis acertando o salário do Tribunal de Contas, da Assembléia Legislativa e excluir a grande massa de funcionários do Estado do Paraná.

Peço a compreensão dos srs. funcionários da Assembléia, porque, assim como eles, há de existir a solidariedade com os demais funcionários. Se a Mensagem de aumento do funcionalismo vier, nós estaremos aqui dispostos a analisá-la juntamente com o que estamos hoje aqui analisando.

Para concluir, Sr. Presidente, não é

possível, portanto, pretender introduzir modificações na proposta de lei do Tribunal de Justiça para estendê-la ou aplicá-la a outros agentes que não são juizes. Trata-se de uma proposta de lei que é a expressão do princípio da independência da Magistratura e do seu autogoverno. Não pensem que deva esta análise ser levada mais longe. A nossa Constituição concepciona o princípio do autogoverno da Magistratura com a iniciativa da proposta de lei que o Tribunal de Justiça nos enviou. Ao Poder Legislativo compete examinar o mérito da proposta. Vamos fazer.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - (Eduardo Baggio) Consulta a Liderança do PMDB, se fará uso do seu tempo.

Com a palavra o Sr. Deputado Luiz Carlos Alborghetti.

O SR. LUIZ CARLOS ALBORGHETTI - Serei breve, Sr. Presidente.

Outro dia nesta Casa, neste Parlamento, acompanhando alguns raciocínios de ilustres parlamentares, pedi que fosse enviado ao meu gabinete a mensagem que pedia o aumento ao Poder Judiciário do Estado. Não me foi negado o pedido, analisei e queria dizer aos senhores, o seguinte: no meu linguajar, no linguajar do povo, se nós já votamos aqui, como diz o Deputado Nereu Massignan, o aumento para o Tribunal de Contas haveremos de votar outras mensagens aumentando o funcionalismo.

Eu sou de uma opinião que primeiro Deus, depois o Poder Judiciário, porque sem o Poder Judiciário não somos nada, a família não é nada. Nós temos que acreditar, como digo sempre no meu programa de televisão, e eu o farei enquanto estiver vivo, lutarei pelo Poder Judiciário, não só do meu Estado, mas pelo Poder Judiciário da Nação brasileira. Nós temos que acreditar no Promotor Público, temos que acreditar no juiz, esteja ele numa cidadezinha humilde, pequena, ou esteja ele numa cidade como Curitiba, como Londrina, como Maringá e tantas outras grandes metrópoles no Estado do Paraná.

Quero deixar registrado aqui: não entendi o que está acontecendo, a Mensagem vem, a Mensagem vai, a Mensagem volta, não sei o que poderá acontecer hoje, se vai ficar ou se vai voltar à semana que vem. Eu acho que o Poder Judiciário - estou aqui falando em nome de cem mil votos do Paraná, o Poder Judiciário merece, como merece o trabalhador, o bóia-fria, o funcionalismo desta Casa, o Desembargador, os Senhores Deputados, um Prefeito, um Vereador, eu acho que o Poder Judiciário, que agora fiquei sabendo está aqui nesta Casa uma grande parcela, que a meretíssima Juí-

za de Sertãoópolis, aqui também está presente, uma pessoa muito querida que eu respeito muito, admiro muito, como respeito todo o Poder Judiciário deste meu Estado, respeito todos os Juizes e todos os promotores.

Então, eu acredito, Senhores, se depender do meu voto, o Poder Judiciário já o tem. Contem comigo.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE - (Eduardo Baggio) Encerrado o Horário das Lideranças, passamos à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 54 Srs. Deputados.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados.

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 331/88, de autoria do Poder Executivo (Mensagem nº 124/88), que objetiva instituir a CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA, com base no inciso III, do Art. 145, da Constituição Federal. - Aprovado.

O SR. ARTAGÃO MATTOS LEÃO - (Pela ordem) Foi votado a Redação Final do Projeto...

O SR. PRESIDENTE - (Eduardo Baggio) Redação Final do item 01. Está aprovado.

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 332/88, de autoria do PODER EXECUTIVO (Mensagem nº 125/88), que dispõe sobre o IMPOSTO DE TRANSMISSÃO CAUSA MORTIS E DOAÇÃO DE QUAISQUER BENS OU DIREITOS - ITCD. - Aprovado.

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 333/88, de autoria do PODER EXECUTIVO (Mensagem nº 126/88), que objetiva instituir o ADICIONAL DO IMPOSTO SOBRE A RENDA E PROVENTOS DE QUALQUER NATUREZA - AIR. - Aprovado.

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 335/88, de autoria do PODER EXECUTIVO (Mensagem nº 128/88), que estabelece e consolida normas de tratamento tributário pertinentes ao IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE DE VEÍCULOS AUTOMOTORES - IPVA, instituído pela Lei nº 8216, de 31.12.85, mantido pelo artigo 155, inciso I, letra C, da Constituição Federal. - Aprovado.

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 348/88, de autoria do PODER EXECUTIVO (Mensagem nº 130/88), que altera a redação do art. 1º da Lei nº 8560, de 13.10.87, que versa sobre operações de crédito junto

à Caixa Econômica Federal, através do Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Social - FAS. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. - Aprovado, artigo por artigo.

O SR. PRESIDENTE - (Eduardo Baggio) Sobre a mesa, requerimento de nº 1094, de autoria do Sr. Deputado Orlando Pessuti, constante do expediente. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 1095, de autoria do Sr. Deputado Pedro Tonelli, constante do expediente. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 1093, de autoria do Sr. Deputado Nereu Massignan, constante do expediente. Em votação.

O SR. ARTAGÃO MATTOS LEÃO - (Para encaminhar) Sr. Presidente.

Consulto, se haveria possibilidade de se colocar um adendo neste requerimento, para que projeto de lei que estabelece o vencimento dos Srs. Magistrados possa retornar à Ordem do Dia na mesma sessão em que for incluída a mensagem do Sr. Governador propondo aumento aos Srs. funcionários públicos.

O SR. PRESIDENTE - (Eduardo Baggio) Esta Presidência informa que o requerimento é do Deputado Nereu Massignan, eu creio que Vossa Excelência deve então encaminhar um requerimento próprio, a não ser que o autor do requerimento...

O SR. ARTAGÃO MATTOS LEÃO - Então eu faço a consulta ao Deputado Nereu Massignan, se pode ser acrescido ao seu requerimento, para que o projeto dos senhores magistrados retorne à Ordem do Dia na mesma sessão que nós vamos apreciar o aumento dos vencimentos dos funcionários públicos.

O SR. PRESIDENTE - (Eduardo Baggio) Não houve ainda a entrada da mensagem de Sua Excelência o Sr. Governador.

O SR. ARTAGÃO MATTOS LEÃO - Mas deve entrar na segunda-feira, Sr. Presidente.

O SR. NEREU MASSIGNAN - Eu gostaria de perguntar ao nobre líder da Bancada do PMDB, se ele tem informações de quando virá a Mensagem de aumento ao funcionalismo.

O SR. ARTAGÃO MATTOS LEÃO - Terça-feira estará na Casa, com certeza.

O SR. NEREU MASSIGNAN - Terça-feira, bom nós não temos porque nos opor à sugestão do nobre Líder para sermos coerentes com o que dissemos agora há pouco na tribuna que gostaríamos de que os funcioná-

rios públicos também tivessem a oportunidade de ter, de poderem avaliar a mensagem do Executivo, concedendo aumento aos funcionários públicos. Então, aí se resolve a questão que eu levantava agora há pouco, de que a magistratura tem o projeto incluído na Ordem do Dia, se for aprovado o requerimento e assim ampliando-se com o dos funcionários, nós estaremos resolvendo a questão.

Eu não me oponho à sugestão de Vossa Excelência, condicionando, evidentemente, de que a mensagem do Sr. Governador esteja na Casa na terça-feira.

O SR. ARTAGÃO MATTOS LEÃO - Nós o fazemos em consideração aos Srs. Magistrados e pela admiração que nutrimos pela classe.

O SR. ANTÔNIO ANNIBELLI - (Pela Ordem) Eu solicito a palavra a Vossa Excelência para encaminhar um requerimento verbal à Mesa, solicitando que esta Casa aprove o requerimento deste Deputado, solicitando ao Sr. Governador que remeta a Mensagem de aumento do funcionalismo o mais breve possível, porque não podemos ficar esperando que o Governo demore 72 horas ou uma semana, enquanto que a magistratura já cumpriu a sua obrigação de solicitar a esta classe a responsabilidade que lhe cabe pela nova Constituição de fazer com que se cumpra a nova Constituição.

Então, eu encaminho este requerimento para que seja votado, que seja solicitado ao Sr. Governador que remeta ainda hoje a esta Casa o projeto de aumento do funcionalismo, não só à magistratura, mas também aos funcionários da Assembléia, ao Tribunal de Contas e a todo o Poder Executivo.

O SR. ARTAGÃO MATTOS LEÃO - (Pela Ordem) Nós aprovamos e apoiamos o requerimento do nosso ilustre Presidente Antônio Annibelli.

O SR. PRESIDENTE - (Eduardo Baggio) Está em votação o requerimento do Deputado Nereu Massignan.

Aprovado o adendo que eu solicito que o nobre Líder do PMDB faça-o inclusive por escrito.

Está aprovado o requerimento e fica restabelecido o regime de urgência, conforme o requerimento.

Requerimento do Deputado Pedro Tonelli, requer envio de expediente. - Aprovado.

O SR. ORLANDO PESSUTI - (Pela Ordem) Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Fazemos uso da palavra, Pela ordem, na sessão de hoje, para solicitar e informar esta Mesa da não necessidade de incluirmos

na Ordem do dia da próxima segunda-feira, o projeto de lei que trata do novo imposto de circulação de mercadorias e serviços, o ICMS.

348/88.

Levanta-se a sessão.

COMISSÃO DE ORÇAMENTO

Ata da Reunião Realizada em 10.08.88

Aos dez dias do mês de agosto de mil novecentos e oitenta e oito, na sala de reunião das Comissões e sob a presidência do Deputado Gernote Kirinus, reuniu-se à Comissão de Orçamento contando com a presença dos Senhores Deputados adiante relacionados: Valderi Mendes Vilela, Homero Oguido, Tadeu Lúcio Machado e Caíto Quintana. Da pauta: Parecer do relator, Deputado Homero Oguido apostado à proposição n. 057/88, oriunda de Mensagem Governamental n. 049/88; discussão sobre os prazos regimentais pertinentes ao Orçamento para 1989; Acervo Técnico necessário ao funcionamento da Comissão de Orçamento; Outros Assuntos. Dada a palavra ao Deputado Relator, este apresentou-o de forma favorável à homologação dos Orçamentos próprios das Fundações, Autarquias, Órgãos de Regime Especial e Empresas Públicas, na forma do Projeto de Resolução Anexo. O Parecer, foi aprovado pelos Deputados presentes, fazendo parte integrante desta Ata. O Deputado Gernote Kirinus, apresentou um relatório sobre o Seminário realizado por esta Comissão, nos dias 20 e 21 de junho, na Universidade Federal do Paraná e neste Poder. Foi levantado também, pelo Senhor Presidente, o problema das prerrogativas dos parlamentares com assento nesta Casa, no caso da Assembléia Constituinte aprovar a Constituição. O Deputado Tadeu Lúcio Machado manifestou-se quanto à fala da presidência, dizendo não acreditar na aprovação da Constituição, visto que, pelos menos, 150 constituintes são candidatos a cargos eletivos. Manifestou-se, também, o Senhor Presidente, a respeito dos assuntos da pauta, na forma seguinte: 1) Se aprovada a Constituição, da necessidade de ampliar o quadro de assessores desta Comissão, para apreciar as emendas que advirão; 2) Necessidade de contratar um grupo de assessores de alto nível, para examinar e adequar a lei orçamentária dentro das propostas dos Senhores Deputados; 3) Necessidade de enviar a Brasília, assessores para buscar subsídios, no referente ao processo legislativo do Orçamento para 1989; 4) Foi fixado o dia 16 de novembro próximo, como data máxima para que esta Comissão aprecie o parecer sobre o Orçamento, dentro do processo legislativo em vigor. Encerrando, o Senhor Presidente disse que convocará, oportunamente, os membros desta Comissão para ouvir especialistas nas áreas de Orçamento e Constituição, no tocante às

Em reunião realizada ontem, neste Poder Legislativo, coordenada pelo bloco parlamentar agropecuário, que contou com a participação de mais de 20 Srs. Deputados, ficou entendido que as classes produtoras, representadas pelas organizações das cooperativas, representado pelas federações, pelas entidades associativas do meio rural, entendido também de comum acordo com Sua Excelência o Sr. Secretário Chefe da Casa Civil, Dr. Antônio Acir Breda, o Secretário-Chefe da Secretaria da Fazenda, Dr. Carlos Hauly, ficou entendido que este Projeto deverá retornar à Ordem do Dia do próximo dia 10 de janeiro.

Portanto, Sr. Presidente, solicito que não seja aunciado para a Ordem do Dia da próxima segunda-feira, o projeto de lei que trata do ICMS e que o mesmo retorne apenas depois do dia 10, como foi entendido e acertado na reunião de ontem, do Bloco Parlamentar Agropecuário e aquelas lideranças.

E anunciar também aos Srs. Deputados que lá não estiveram, que a partir do dia 03 de janeiro, às 14 horas, no Plenarinho desta Casa, estaremos reunidos, Deputados Estaduais, Secretaria da Fazenda e Casa Civil, setores produtivos, federações e associações do comércio e da indústria do Paraná para debatermos e ajustarmos os pontos que porventura estejam polêmicos neste projeto.

Conclamo a todos os Srs. Parlamentares que aqui compareçam no dia 03, às 14 horas, para juntos debatermos este projeto de lei e juntos encontrarmos as alternativas que sejam viáveis para a indústria, para o comércio, para a agricultura e pecuária do Paraná, e também para o nosso Governo, que tem e deve continuar arrecadando para, inclusive, atender às muitas reivindicações salariais, como esta que estamos assistindo hoje na Assembléia, da Magistratura paranaense.

Era isso que queríamos anunciar, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - (Eduardo Baggio) Esta Presidência, atendendo a vossa solicitação, retira da Ordem do Dia o Projeto de Lei n° 345/88, conforme o que foi acertado na reunião do bloco parlamentar.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para segunda-feira, dia 26, às 14:30 horas, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n°

prerrogativas dos Senhores Deputados, caso a Constituição venha a ser aprovada. Nada mais havendo a ser discutido ou apreciado, o Senhor Presidente deu por encerrada a presente reunião da qual, eu, Ayrton Alves Aranha, secretário da Comissão de Orçamento, laurei a presente ata que, lida e achada conforme vai assinada pelos Deputados presentes.

Sala das Comissões, em 10.08.88.

(a) GERNOTE KIRINUS

Presidente

HOMERO OGUIDO

Relator

VALDERI MENDES VILELA

TADEU LÚCIO MACHADO

CAÍTO QUINTANA

COMISSÃO DE ORÇAMENTO

PROPOSIÇÃO N. 057/88

P A R E C E R:

Em cumprimento ao estabelecido pelo Art. 5º da Lei n. 8.666 de 14 de dezembro de 1987, que dispõe sobre o Orçamento do Estado para o ano de 1988, o Excelentíssimo Senhor Governador do Estado encaminha a esta Assembléia Legislativa, para o devido referendament, os orçamentos das Fundações, Autarquias, Órgãos de Regime Especial e Empresas Públicas, devidamente aprovados pelo Poder Executivo através de Decreto.

Este dispositivo, inserido na lei de meios referente ao exercício de 1984 por iniciativa desta Casa de Leis, foi seguido pelo Poder Executivo nos anos subsequentes, para tornar-se após três anos seguidos, um reconhecimento do poder fiscalizador da Assembléia Legislativa sobre a atuação futura das empresas administradas pelo Estado e geridas com os recursos do povo do Paraná.

"art. 5º - As autarquias, Empresas Públicas, Fundações instituídas pelo Estado e os órgãos de regime especial terão, na forma da lei, os seus orçamentos próprios aprovados por Decreto do Chefe do Poder Executivo, "ad referendum" da Assembléia Legislativa.

Do exame da matéria, com seu conteúdo técnico, refletindo uma situação proposta para o exercício financeiro de 1988, podemos opinar que reflete, quanto ao seu conteúdo, os interesses do Estado. E em se tratando de homologar os orçamentos próprios anteriormente descritos e aprovados os orçamentos próprios anteriormente descritos e aprovados por decreto pelo Senhor Governador, o nosso parecer é favorável a HOMOLOGAÇÃO, na forma da minuta do projeto de resolução a este anexado.

Este é o entendimento do relator, visto ser, na verdade a homologação, ato de retificação ou confirmação, não dá direito novo nem título, não dispondo, pois, de

modo diferente àquele ajustado ou estabelecido no ato homologando e homologado, somente lhe dá força e ativa o direito de execução.

Sala das Comissões, em

(aa) GERNOTE KIRINUS

Presidente

HOMERO OGUIDO

Relator

PROJETO DE RESOLUÇÃO N°....

Art. 1º - Ficam referendados nos termos do Art. 5º, da Lei n° 8666, de 14 de dezembro de 1987, nos orçamentos das Fundações, Empresas Públicas, Autarquias e Órgãos de Regime Especial, para o exercício de 1988.

FUNDAÇÕES

Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social - IPARDES
 Fundação Edison Vieira
 Fundação de Assistência aos Municípios do Estado do Paraná - FAMEPAR
 Fundação Teatro Guaíra - FTG
 Fundação Educacional do Estado do Paraná - FUNDEPAR
 Fundação Universidade Estadual de Londrina - FUEL
 Fundação Universidade Estadual de Ponta Grossa - FUEPS
 Fundação Universidade Estadual de Maringá - FUEM
 Fundação Faculdade Estadual de Filosofia, Ciências e Letras de Guarapuava
 Fundação Faculdade Estadual de Filosofia, Ciências e Letras de Cornélio Procopio
 Fundação Faculdade Estadual de Filosofia, Ciências e Letras de Jacarezinho
 Fundação Faculdade Estadual de Filosofia, Ciências e Letras de Paranaíba
 Fundação Faculdade Estadual de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de União da Vitória
 Fundação Faculdade Estadual de Ciências Econômicas de Apucarana
 Fundação Faculdade Estadual de Educação Física de Jacarezinho
 Fundação Faculdade Estadual de Direito do Norte Pioneiro
 Fundação Caetano Munhoz da Rocha - FCMR
 Instituto de Terras, Cartografia e Flores-ta do Estado do Paraná - ITCF
 Fundação Instituto Agrônomo do Paraná - IAPAR
 Fundação de Esporte do Paraná
 Fundação Faculdade de Ciências e Letras de campo Mourão - FACILCAM
 Fundação Federação Estadual de Instituições de Ensino Superior do Oeste do Paraná - UNIOESTE
 Fundação Rádio e Televisão do Paraná
 Fundação de Ação Social do Paraná - FASPAR

AUTARQUIAS

Escola de Música e Belas Artes
 Instituto de Previdência e Assistência aos
 Servidores do Estado do Paraná - IPE
 Departamento de Imprensa Oficial do Estado
 - DIOE
 Departamento de Trânsito - DETRAN
 Junta Comercial do Paraná - JCP
 Superintendência dos Recursos Hídricos e
 Meio Ambiente - SUREHMA
 Departamento de Estradas de Rodagem - DER
 Administração dos Portos de Paranaguá e
 Antonina - APPA
 Instituto de Pesos e Medidas do Estado do
 Paraná - IPEM-PR
 Departamento Estadual de Construção, Obras
 e Manutenção - DECOM
 Superintendência do Controle da Erosão e
 Saneamento Ambiental - SUCEAM

ÓRGÃOS DE REGIME ESPECIAL

Coordenação da Região Metropolitana de Cu-
 ritiba - COMEC
 Loteria do Estado do Paraná
 Coordenação da Receita do Estado - CRE
 Departamento Estadual de Administração de
 Material - DEAM
 Departamento Estadual de Arquivo Público -
 DEAP
 Biblioteca Pública do Paraná - BPP
 Colégio Estadual do Paraná - CEP
 Departamento Estadual de Transporte Ofi-
 cial - DETO

EMPRESAS PÚBLICAS

Empresa Paranaense de Turismo - PARANATUR
 Empresa Paranaense de Assistência Técnica
 e Extensão Rural - EMATER-PR
 Empresa Paranaense de Classificação de
 Produtos - CLASPAR
 Instituto de Tecnologia do Paraná - TECPAR